

CURRÍCULOS INTEGRADOS EM ESCOLAS DEMOCRÁTICAS: AINDA É POSSÍVEL DEFENDER ESTA ARTICULAÇÃO?

INTEGRATED CURRICULA IN DEMOCRATIC SCHOOLS: CAN THIS RELATIONSHIP STILL BE DEFENDED?

CURRÍCULOS INTEGRADOS EN ESCUELAS DEMOCRÁTICAS: ¿SIGUE SIENDO POSIBLE DEFENDER ESTA ARTICULACIÓN?

Andrio Alves Gatinho¹ 0000-0002-5853-4908

Roberto Rafael Dias da Silva² 0000-0001-6927-3435

¹ Universidade Federal do Pará – Belém, Pará, Brasil; andriogatinho@ufpa.br

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil; robertods@unisinos.br

RESUMO:

O dossiê reúne estudos que problematizam a relação entre currículos integrados e escolas democráticas diante das recentes transformações das políticas curriculares. Partindo de uma perspectiva crítica, os artigos analisam disputas em torno da democratização do conhecimento, da justiça curricular e da formação integral em diferentes contextos nacionais e internacionais. As contribuições abordam temas como participação estudantil, trabalho docente, ensino médio, educação profissional, relações étnico-raciais e territorialização curricular. Em conjunto, os textos evidenciam as tensões entre projetos democráticos de educação e processos de padronização, mercantilização e racionalidade neoliberal. O dossiê reafirma o currículo como espaço de disputa política e epistemológica, comprometido com a equidade e a ampliação do direito à aprendizagem. Espera-se, assim, fortalecer o debate acadêmico e inspirar novas pesquisas e práticas voltadas à construção de escolas mais democráticas e socialmente justas.

Palavras-chave: currículo; integração curricular; escola democrática.

ABSTRACT:

This thematic dossier brings together studies that critically examine the relationship between curriculum integration and democratic schools in light of recent transformations in curriculum policies. Adopting a critical perspective, the contributions explore disputes surrounding the democratization of knowledge, curriculum justice, and holistic education across different national and international contexts. The articles address topics such as student participation, teaching, upper secondary education, vocational education, ethnic-racial relations, and curriculum territorialization. Collectively, they highlight the tensions between democratic educational projects and processes of standardization, market-oriented reforms, and neoliberal rationality. The dossier reaffirms the curriculum as a political and epistemological arena committed to equity and the right to meaningful learning for all, while defending curriculum integration as a key dimension of democratic schools.

Keywords: curriculum; curriculum integration; democratic school.

RESUMEN:

Este dossier temático reúne estudios que analizan críticamente la relación entre la integración curricular y las escuelas democráticas frente a las recientes transformaciones de las políticas

curriculares. Desde una perspectiva crítica, las contribuciones examinan las disputas en torno a la democratización del conocimiento, la justicia curricular y la formación integral en diferentes contextos nacionales e internacionales. Los artículos abordan temas como la participación estudiantil, la docencia, la educación media, la educación técnico-profesional, las relaciones étnico-raciales y la territorialización del currículo. En conjunto, los textos ponen de relieve las tensiones entre los proyectos educativos democráticos y los procesos de estandarización, mercantilización y racionalidad neoliberal. El dossier reafirma el currículo como un espacio de disputa política y epistemológica comprometido con la equidad y el derecho de todas las personas a un aprendizaje significativo, defendiendo la integración curricular como un componente esencial de las escuelas democráticas.

Palabras clave: currículo; integración curricular; escuela democrática.

A pergunta que orienta este texto, “Currículos integrados em escolas democráticas: ainda é possível defender esta articulação?”, emerge em um contexto marcado por profundas transformações nas políticas curriculares e nas formas de organização da escola pública. Nas últimas décadas, as ideias de integração curricular, interdisciplinaridade e formação integral passaram a ocupar posição de destaque nos discursos educacionais, sendo frequentemente incorporadas por reformas, documentos normativos e programas de ensino em diferentes países. Entretanto, a ampla circulação desses conceitos não foi acompanhada, necessariamente, pela preservação de seu potencial crítico e emancipatório. Em muitos casos, a integração curricular converteu-se em uma estratégia de gestão ou em um recurso retórico desvinculado do compromisso com a democratização do conhecimento, da participação e da justiça curricular.

É justamente diante desse cenário que retomamos a relação entre currículos integrados e escolas democráticas como um problema de investigação e não como uma associação previamente assegurada. Defender essa articulação exige questionar quais concepções de democracia, currículo e conhecimento orientam as práticas escolares contemporâneas, bem como reconhecer as disputas políticas e epistemológicas que atravessam as reformas educacionais. Mais do que reafirmar um ideal, interessa-nos compreender em que condições currículos integrados podem continuar constituindo um projeto de escola comprometido com a formação crítica, com o diálogo entre saberes e com a ampliação das oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes. Cada um dos textos que compõem este dossiê temático, ainda que inscritos em perspectivas teóricas distintas, revela o compromisso com a articulação entre escolas democráticas e currículos integrados.

Sob esse entendimento, escolhemos iniciar este dossiê temático com a tradução de um texto reflexivo elaborado por James Beane intitulado como “Porque é a tua educação, não a minha’: a voz estudiantil nas decisões curriculares e a política escolar”. A participação dos

estudantes ocupa um lugar de destaque na tradição de escolas e salas de aula de orientação progressista e democrática. Quando estimulado, de acordo com Beane, esse engajamento desenvolve competências fundamentais para a vida em sociedade e cria cenários de aprendizagem mais significativos, permitindo que os estudantes integrem suas vivências, bagagens culturais e interesses individuais diretamente no planejamento curricular e na gestão escolar. Ao mesmo tempo, o autor argumenta que dar espaço à voz estudantil exige repensar dinâmicas consolidadas, como os papéis tradicionais de professores e alunos, a estrutura das políticas escolares e a real necessidade de andaimes pedagógicos de suporte. Diante disso, o artigo apresenta a fundamentação teórica dessa abordagem e propõe um quadro de referência prático para articular as vozes de docentes e discentes. Para consolidar sua tese, James Beane recorre à sua trajetória profissional para ilustrar como a participação estudantil pode transformar o currículo, a organização das aulas e a cultura escolar.

Com Gert Biesta, no artigo intitulado “A partir do ângulo do professor”, somos convidados a refletir sobre a melhor maneira de compreender o que torna a educação algo único e distintivo, dimensionando-a sob o ângulo dos professores e professoras. Essa proposta defendida pelo filósofo da educação surge como um contraponto direto à tendência atual do discurso educacional, que coloca o estudante e o conceito de “aprendizagem” no centro das atenções. Tal como em outras obras, amplamente conhecidas no Brasil, o autor problematiza essa centralidade no aprendiz, alertando que ela corre o risco de esvaziar o papel singular do professor e desvalorizar a função pública essencial desempenhada por escolas, colégios e universidades. Ao resgatar a centralidade da docência, o texto assume a defesa ativa do ensino e da instituição escolar como ferramentas indispensáveis para resistir à crescente “aprendificação” das políticas, práticas e pesquisas em educação.

O artigo de autoria de Roberto Rafael Dias da Silva apresenta uma reflexão analítico-conceitual sobre as recentes reorientações das políticas públicas para o ensino médio e toma como categoria central o conceito de justiça curricular, examinando os deslocamentos epistemológicos e normativos observados na transição do modelo instituído pelo Novo Ensino Médio (NEM — Lei nº 13.415/2017) para as diretrizes contidas na Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM — Lei nº 14.945/2024 e Resolução CNE/CEB nº 2/2024).

O enquadramento teórico do estudo articula contribuições da sociologia da desigualdade, da filosofia política e do campo crítico dos estudos curriculares. Sob esse escopo, o currículo é caracterizado como um campo de disputa epistêmica, cultural e política, cuja democratização pressupõe não apenas a garantia de acesso formal, mas a redistribuição

simbólica do direito ao conhecimento elaborado, o reconhecimento das subjetividades subalternizadas e a contestação de arquiteturas escolares mercadológicas e meritocráticas. O artigo conclui que o cenário recente das políticas públicas para o ensino médio no Brasil sinaliza uma transição conceitual relevante, uma vez que se afasta de uma concepção de justiça de matriz individualista e performativa para reconfigurar-se sob a premissa de que a garantia de uma igualdade de base e a proteção social das populações jovens vulneráveis devem anteceder e sustentar as políticas de igualdade de oportunidades.

O artigo de Andrio Alves Gatinho analisa criticamente as disputas curriculares na educação básica do Estado do Pará, focalizando os discursos articulados no documento institucional Coerência Pedagógica Sistêmica na Implementação do Currículo (CPS) produzido em parceria pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), o Instituto Reúna e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A investigação insere-se no debate sobre as políticas de reconfiguração curricular no cenário pós-pandêmico e examina os critérios de seleção e hierarquização dos conhecimentos escolares sob a regência da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O estudo demonstra que conceitos oriundos do campo progressista, tais como “integração curricular” e “decolonialidade”, sofrem um processo de esvaziamento conceitual e ressignificação instrumental, os quais aparecem no documento como recursos adornantes, sem alterar a macroestrutura verticalizada e prescritiva da política. Em suma, a contribuição sintetiza as implicações do discurso de recomposição de aprendizagens sobre a implementação da BNCC, oferecendo subsídios para pesquisadores interessados na crítica às reformas curriculares contemporâneas e na defesa de uma integração curricular efetivamente democrática e emancipatória.

O artigo de Yanelly Abigail Peña-Mendoza e Zaira Navarrete-Cazales examina as orientações políticas e pedagógicas que sustentam a arquitetura curricular do Ensino Médio Tecnológico (EMT) no México, no contexto das reformas educacionais promovidas pela Nova Escola Mexicana (NEM) e pelo Marco Curricular Comum da Educação Média Superior (MCCEMS). Partindo de uma abordagem metodológica interpretativo-analítica, as autoras investigam a articulação entre as diretrizes governamentais — alinhadas à chamada Quarta Transformação (4T) —, as exigências da Quarta Revolução Industrial (4RI) e a dimensão formativa voltada ao mundo do trabalho.

A investigação evidencia que, embora o modelo da NEM e o MCCEMS incorporem uma fundamentação filosófica de matriz humanista e socioemocional — visando à formação

cidadã e comunitária —, há uma lacuna conceitual na delimitação explícita do papel pedagógico da formação para o trabalho. O estudo conclui ressaltando a heterogeneidade institucional do nível médio-superior e a urgência de políticas públicas educacionais que superem a visão estritamente funcionalista ou operacional da formação técnica. Enfatiza-se a necessidade de consolidar o currículo como um espaço estratégico de disputa sociopolítica, no qual a dimensão tecnológica seja apreendida de forma crítica, integrando cidadania, equidade social e desenvolvimento produtivo.

O artigo de Sérgio Severo do Nascimento e José Henrique Duarte Neto analisa as inflexões políticas e pedagógicas no âmbito do Ensino Médio Integrado (EMI) diante da reconfiguração trazida pela reforma do Novo Ensino Médio (NEM — Lei nº 13.415/2017) e suas subseqüentes adequações legais (Lei nº 14.945/2024). A investigação, de abordagem qualitativa com desenho exploratório-descritivo, fundamenta-se nos aportes epistemológicos da Pedagogia Histórico-Crítica e na concepção de formação omnilateral. A contribuição dos autores reside em demonstrar empiricamente como as diretrizes de flexibilização do NEM desestruturam os eixos da formação omnilateral. Conclui-se que a superação da fragmentação curricular e da dualidade estrutural exige não apenas ajustes normativos, mas o financiamento de condições materiais, estabilidade no trabalho pedagógico e garantias de espaços sistemáticos de planejamento colaborativo.

O artigo de Gilmar Antoniassi Junior aborda as inter-relações entre a permanência estudantil, o pertencimento acadêmico e a saúde mental no contexto da educação superior. Partindo da premissa de que a democratização do ensino superior não se esgota no acesso, a investigação problematiza as condições psicossociais necessárias para a efetiva diplomação e o bem-estar de mulheres universitárias que conciliam a formação com múltiplos papéis sociais. A reflexão do trabalho indica que a promoção da saúde mental e da permanência qualificada não deve ser confinada a atendimentos clínicos individualizados. Conclui-se que o enfrentamento dessas demandas requer a consolidação de currículos democráticos e integrados, entendidos não apenas como estruturas programáticas de disciplinas, mas como práxis pedagógicas e organizacionais pautadas na escuta, na inclusão, na diversidade de trajetórias e no acolhimento institucional.

O artigo de autoria de Jane Mery Richter Voigt, Diego Finder Machado e Lucimara Suzana de Souza Kumlehn problematiza a articulação entre as políticas de ampliação da jornada escolar na educação básica e o uso de espaços e saberes acadêmicos no âmbito de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES). A investigação, de abordagem qualitativa,

toma como objeto empírico a implementação do Programa Trilhas da Secretaria Municipal de Educação de Joinville/SC vinculada às diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral. Em suas conclusões, os autores sublinham que, embora a intersectorialidade e a ocupação de espaços universitários ofereçam ecossistemas de aprendizagem altamente enriquecidos, a simples justaposição de atividades no contraturno não garante a efetivação de uma educação integral. O artigo sinaliza que, sem uma integração orgânica e intencional entre o projeto político-pedagógico da escola e as ações desenvolvidas na instituição parceira, corre-se o risco de fragmentar o currículo. Defende-se, portanto, a necessidade de arranjos institucionais pautados na corresponsabilidade pedagógica e na preservação do princípio da justiça social e da inclusão democrática.

O artigo de Euza Alves de Souza Tesch e Helen Moura Pessoa analisa os movimentos/práticas curriculares afro-brasileiros no cotidiano de uma escola da Rede de Ensino Fundamental de Cachoeiro de Itapemirim/ES, problematizando as lacunas e as possibilidades de emancipação ética e epistemológica nas redes de ensino fundamental. A investigação reafirma as pedagogias decoloniais, uma vez que tais abordagens propõem um deslocamento paradigmático: superam-se as visões instrumentais pautadas puramente em metas quantitativas e na métrica do IDEB para se instituir um currículo como espaço-tempo de produção de subjetividades autônomas, de escuta sensível e de afirmação da diversidade étnico-racial.

O estudo de André de Brito Oliveira e Marcelo Moreira Antunes versa sobre a apreensão das manifestações da cultura corporal praiana nos referenciais curriculares da Educação Física escolar elaborados no contexto pós-homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A investigação evidencia uma lacuna estrutural nos processos de transposição didática das práticas corporais regionais. Conforme demonstrado pelos autores, apenas três referenciais estaduais (Santa Catarina, Alagoas e Ceará) fazem menção, de modo incipiente e periférico, a manifestações motoras características do ambiente praiano em suas proposições ou diretrizes didático-pedagógicas. Conclui-se que os textos curriculares da Educação Básica ainda tendem a invisibilizar o patrimônio cultural local em prol da hegemonia dos esportes tradicionais de ampla difusão midiática, revelando uma fraca apropriação do capital corporal e dos habitus constituintes da identidade sociocultural dos discentes inseridos nesses territórios.

O artigo de Matheus Pereira Graciano e Paulo Roberto Prado Constantino examina a incorporação do princípio da territorialidade nas planificações curriculares formais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio, tomando como objeto de estudo

três planos de cursos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), no Estado de São Paulo. A ancoragem teórica mobiliza o conceito de territorialização curricular, que pressupõe a articulação das instituições de ensino com as especificidades socioeconômicas e culturais do seu entorno. O estudo adverte para os riscos de uma descentralização puramente discursiva e destaca a relevância de se estruturar instâncias intermediárias de mediação e avaliação que viabilizem uma reelaboração curricular autenticamente territorializada.

O artigo de Ana Júlia Sampaio Loyola Mattos e Mariana Passos Ramallete oferece uma reflexão crítica acerca da prescrição do ensino de Literatura na Educação Básica, investigando o tratamento dispensado à arte literária no documento Habilidades do Currículo Paulista – 2023, voltado ao ensino público do estado de São Paulo. A análise evidencia que a organização do currículo paulista pauta-se preponderantemente pela pedagogia das competências, alinhada a diretrizes de corte neoliberal e mercadológico. Segundo as autoras, essa estrutura resulta na fragmentação e no esvaziamento do ensino literário, desprovendo a literatura de sua autonomia artística e reduzindo-a a mero recurso instrumental para o ensino de aspectos gramaticais, tipologias textuais ou noções imediatistas.

O artigo de autoria de Waleska Gonçalves de Lima, Ana Lara Casagrande e Cristiano Maciel investiga o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) no estado de Mato Grosso. O estudo conclui que a implementação via projetos-piloto atuou como catalisadora de diretrizes pautadas pela racionalidade gerencial do capital e do mercado de trabalho. Contudo, as resistências, reinterpretações e apontamentos críticos do chão da escola evidenciam os limites da flexibilização curricular acrítica, reiterando o papel do contexto da prática como espaço ativo de ressignificação e disputas no campo das políticas curriculares da Educação Básica.

O artigo assinado por Ivana Maria Santana Andrade e Marizete Lucini propõe uma análise crítico-documental da incorporação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na proposta curricular do Estado de Sergipe de 2018, destinada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados demonstram que, embora o currículo contemple menções pontuais e dispersas às matrizes estéticas e culturais africanas e indígenas em componentes isolados (como Arte e História), a abordagem predominantemente adotada pauta-se em noções genéricas de respeito à diversidade e à cidadania. Identifica-se uma omissão de aspectos centrais, tais como o debate explícito sobre o racismo estrutural, a discriminação étnico-racial, a diversidade linguística dos povos originários e as cosmogonias de matriz africana.

O artigo de Paulo Sergio Souza Vasconcelos e Rosenaide Pereira dos Reis Ramos,

analisa o papel do docente enquanto agente propositivo de atos de currículo orientados pela práxis emancipatória e pela decolonialidade no contexto escolar. A partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa e bibliográfica, a pesquisa articula uma revisão teórico-conceitual respaldada em matrizes da Pedagogia Crítica (com ênfase no pensamento freiriano), dos Estudos Decoloniais e da Etnometodologia Curricular. O artigo conclui que a insurgência pedagógica no cotidiano escolar se efetiva mediante atos de currículo instituintes e decoloniais, capazes de reconfigurar as temporalidades e espacialidades da escola em favor de uma formação humana integral e socialmente justa.

O artigo de Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati examina os impactos das recentes reformas curriculares na Educação Básica brasileira, com especial enfoque sobre a reorganização do Ensino Médio. A investigação problematiza como a racionalidade neoliberal atravessa os marcos normativos pós-Resolução CNE/CEB nº 3/2018 — incluindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM), a Lei nº 13.415/2017 e a Lei nº 14.945/2024 —, consolidando os itinerários formativos como eixos de flexibilização e indução pedagógica. A análise demonstra que a centralidade conferida aos construtos de “empreendedorismo de si”, “protagonismo juvenil” e “projeto de vida” opera como uma tecnologia de subjetivação que desloca a responsabilidade do Estado para o indivíduo.

O artigo de Eduardo Gomes Neto, Fernanda Lopes Braga e Lucilia Augusta Lino propõe uma análise crítico-documental acerca da convergência entre a agenda ultraliberal na economia e o neoconservadorismo moral no campo educacional brasileiro recente. No âmbito da formação de professores, a reflexão explicita como a inflexão imposta pela BNC-Formação reduziu a autonomia pedagógica das Instituições de Ensino Superior (IES) e precarizou o trabalho docente, submetendo a formação inicial a imperativos de mensuração de desempenho e padronização operacional. A contribuição do artigo reside em denunciar os riscos do controle ideológico e da mercantilização do ensino, tensionando a necessidade de reestruturação de políticas curriculares verdadeiramente plurais, inclusivas e pautadas na gestão democrática e na autonomia universitária.

Por fim, desejamos que a leitura dos artigos que compõem este dossiê contribua para qualificar o debate educacional brasileiro em torno das políticas de currículo, reafirmando a importância de análises críticas sobre os sentidos da integração curricular e da democratização da escola. Esperamos que os textos aqui reunidos inspirem novas pesquisas, fomentem o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e fortaleçam a construção de políticas e práticas curriculares comprometidas com a justiça social, a participação democrática e o direito de todos

à aprendizagem.

Boa leitura!

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Andrio Alves Gatinho. Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Docente na Universidade Federal do Pará. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8231924409590662>

Roberto Rafael Dias da Silva. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3180659616699939>

Como citar

GATINHO, Andrio Alves; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Currículos integrados em escolas democráticas: ainda é possível defender esta articulação? **Revista Espaço do Currículo**, v. 19, n. 2, e79960, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i2.79960.